

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.S.as, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018, do Banco Crédito Agricole Brasil S.A., acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Balanço Patrimonial

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante		33.890.575	24.110.886
Disponibilidades	3b	5.201	48.855
Aplicações interfinanceiras de liquidez		4.639.010	4.739.235
Aplicações no mercado aberto	3b e 4.1	4.612.376	3.949.525
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.2	26.634	20.558
Aplicações em moeda estrangeira	3b	-	769.152
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		508.841	1.537.273
Carteira própria	5.1	240.830	195.099
Vinculados ao Banco Central do Brasil	5.1	25.049	769.810
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	241.486	572.364
Vinculados a Prestação de Garantias	5.1	1.476	-
Relações interfinanceiras		158	197
Depósitos no Banco Central		129	192
Relações com correspondentes		1	-
Pagamentos e recebimentos a liquidar		28	5
Operações de crédito		766.701	649.620
Operações de crédito - setor privado	6	113.317	210.250
Financiamentos à exportação		653.384	439.352
Outros créditos		27.969.269	17.133.863
Carteira de câmbio	7a	27.919.761	17.008.442
Avais e fianças honorados	6a	-	96.764
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6e	-	(67.735)
Rendas a receber		12	256
Negociação e intermediação de valores	5.3	4.654	16.201
Diversos	8	44.842	79.935
Outros valores e bens		1.395	1.861
Despesas antecipadas		1.395	1.861
Realizável a longo prazo		419.947	162.820
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		303.187	57.017
Vinculados ao Banco Central do Brasil	5.1	54.472	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	248.715	57.017
Outros créditos		116.572	105.803
Carteira de câmbio	7	951	47.875
Diversos	8	115.801	57.928
Outros valores e bens		8	-
Despesas antecipadas		8	-
Permanente		23.601	21.189
Investimentos		18.477	18.337
Participações em coligadas e controladas		18.477	18.337
No país	9	18.350	18.210
Outros investimentos		127	127
Imobilizado de uso		5.124	2.852
Imobilizações de uso		9.563	7.309
(-) Depreciações acumuladas		(4.439)	(4.457)
Total do ativo		34.334.123	24.294.895

	Notas	2019	2018
Passivo			
Circulante		32.308.216	22.448.312
Depósitos	11	461.596	259.511
Depósitos à vista		2.864	8.884
Depósitos a prazo		458.732	250.627
Captações no mercado aberto		12	79.493
Carteira própria		79.493	-
Recursos de aceites e emissão de títulos		13	54.048
Recursos de letras de crédito agrícola		-	237.880
Obrigação por emissão de letras financeiras		54.048	247.071
Relações interdependências		534	12.946
Recursos em trânsito de terceiros		534	12.946
Obrigações por empréstimos		4.891.629	5.444.370
Empréstimos no exterior	14a	4.505.338	5.096.980
Obrigações por repasse do exterior	14b	386.291	347.390
Instrumentos financeiros derivativos		205.147	507.485
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	205.147	507.485
Outras obrigações		26.615.769	15.739.049
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		54	2.955
Carteira de câmbio	7	26.555.818	15.680.041
Sociais e estatutárias	15a	1.256	-
Fiscais e previdenciárias	15b	26.898	21.463
Negociação e intermediação de valores	5.3	3.396	11.706
Diversas	15c	28.347	22.884
Exigível a longo prazo		369.190	264.190
Depósitos		-	30.877
Depósitos a prazo	11	-	30.877
Recursos de aceites e emissão de títulos		7.068	50.724
Obrigação por emissão de letras financeiras		7.068	50.724
Obrigações por empréstimos		183.917	-
Obrigações por repasse do exterior	14b	183.917	-
Instrumentos financeiros derivativos		86.039	114.257
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	86.039	114.257
Outras obrigações		92.166	68.332
Carteira de câmbio	7a	912	45.928
Fiscais e previdenciárias	15b	83.368	10.693
Diversas	15c	7.886	11.711
Resultados de exercícios futuros		375	565
Patrimônio líquido		1.656.342	1.581.828
Capital		1.452.865	1.452.865
De domiciliados no exterior		1.452.865	1.452.865
Reservas de lucros		158.589	144.950
Lucro (Prejuízo) acumulado		44.888	(15.985)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(2)
Total do passivo		34.334.123	24.294.895

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva especial de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16	684.495	126.214	-	-	829.445
Aumento de capital		768.370	-	-	-	768.370
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-
Prejuízo Líquido no semestre		-	-	(2)	(15.985)	(15.985)
Saldo em 30 de junho de 2018		1.452.865	126.214	(2)	(15.985)	1.581.828
Saldos em 31 de dezembro de 2018	16	1.452.865	20.918	-	-	1.611.454
Lucro líquido no semestre		-	-	-	44.888	44.888
Saldos em 30 de junho de 2019		1.452.865	20.918	-	-	1.656.342

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O Banco Crédito Agricole Brasil S.A., é um banco múltiplo, autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e em operações de câmbio, subsidiária direta do Crédito Agricole Corporate and Investment Bank - France (75,5%) e do Crédito Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking (24,5%), com sede na França.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédito Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizadas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("Bacen") e da Lei das Sociedades por Ações. Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de agosto de 2019.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Apreciação do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo - com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa do Banco são representados por saldos em poder de bancos e aplicações. Em 30 de junho de 2019 e 2018, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2019	2018
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	39	18
Caixa e saldos em bancos - moeda estrangeira	5162	48.837
Aplicações financeiras - moeda nacional	4.612.376	3.949.525
Aplicações financeiras - moeda estrangeira	4.617.577	4.767.592

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua liquidação.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuros, operações a termo e operações de swap são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- operações de futuros - o valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa *pro rata* até a data do balanço.

As operações de opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita e despesa no caso de não exercício. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge - em conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- instrumentos financeiros considerados como hedge - são classificados como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos itens objeto de hedge devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. Os hedges de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de hedge. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os hedges de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do hedge, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período.

Em 30 de junho de 2019 e 2018 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge de fluxo de caixa e mercado.

e) Operações de crédito e provisão para crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis distintos, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem em conta de compensação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em massa de compensação, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes de renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

f) Cessação de créditos

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de transferência de ativos financeiros são classificadas em operações de compra de ativos e os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, que são revisados semestralmente.

Em 30 de junho de 2019 e 2018 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado e Intangível

Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos que são destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.

k) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos a prazo e as captações no mercado aberto estão registrados pelos seus respectivos valores, acrescidos dos encargos contratados proporcionais ao período decorrido da contratação da operação até a data do balanço.

l) Obrigações em moedas estrangeiras

As obrigações em moedas estrangeiras estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre os rendimentos tributáveis, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre).

A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 15%. Anteriormente até 30 de junho de 2019 a alíquota era 20% (nota 24).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa acumulados. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. Os créditos tributários de contribuição social com expectativa de realização a partir de 01 de janeiro de 2019, são contabilizados a alíquota de 15%.

n) Operações de câmbio

As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base *pro rata* dia) auferidas e provisão para perdas no termos da Resolução nº 2.682, do Banco Central do Brasil.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 e Carta-Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

p) Demais ativos e passivos circulantes

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

continuação

	2018		2018	
	Valor nominal dos contratos	Custo a receber a pagar	Valor contábil a receber a pagar	
Contratos de swap				
(CDI vs USD)	783.231	(118.872)	(116.277)	
(CDI vs EUR)	39.277	(403)	(906)	
(CDI vs EURIBOR 3M)	268.890	(5.329)	(8.868)	
(CDI vs EURIBOR 6M)	40.000	(1.991)	(1.965)	
(CDI vs EURIBOR 12M)	253.733	(31.455)	(29.316)	
(CDI vs LIBUSD 6M)	12.392	(2.906)	(2.825)	
(CDI vs PRÉ)	100.000	(4)	48	
(USD vs CDI)	39.255	58	244	
(USD vs EURO)	9.647	296	135	(18)
(USD vs EURO BCE)	33.207	(1.743)	(1.892)	
(USD vs LIBUSD 3M)	302.885	232	383	
(EURIBOR 3M vs USD)	260.083	14.789	12.909	(791)
(EURIBOR 6M vs USD)	40.000	(3.129)	(2.991)	
(EURIBOR 12M vs USD)	251.913	(15.233)	(6.413)	
(EURO vs USD)	798.040	(10.156)	551	(5.446)
(LIBUSD 3M vs USD)	302.885	3.395	(277)	
(PRÉ vs CDI)	1.032.392	7.683	11.351	(2.075)
(PRÉ vs EURO)	1.493.470	(92.760)	(104.592)	
(PRÉ vs USD)	60.442	10.603	10.406	
Total contratos de swap	6.121.742	37.057	(284.908)	36.027
Contratos a termo				
Compra a termo de moeda - NDF	6.061.610	557.614	(9.443)	580.307
Venda a termo de moeda - NDF	4.889.072	3.118	(300.319)	5.943
Total de contratos a termo	10.950.682	560.732	(309.762)	586.250
Contratos de opção				
Compra opção de venda - USD	85.500	251	15	
Venda opção de venda - USD	60.500	—	(742)	(1.737)
Compra opção de venda - flexíveis	107.962	2.570	7.089	—
Venda opção de venda - flexíveis	119.227	—	(3.077)	(1.238)
Total contratos de opção	373.189	2.821	(3.819)	7.104
Total	17.445.613	600.610	(598.489)	629.381

5.3) Negociação e intermediação de valores
Encontram-se registrado na rubrica negociação e intermediação de valores os ajustes a liquidar conforme demonstrado a seguir:

	2019		2018	
	Valor nominal dos contratos	Valor contábil	Valor nominal dos contratos	Valor contábil
Contratos de futuros (i)				
Ajustes diários - posição comprada	9.860.826	4.654	6.971.905	16.204
DI1	3.414.111	4.229	3.786.078	476
USD	1.645.933	—	366.150	671
DDI	4.800.782	425	2.819.677	15.057
Ajustes diários - posição vendida	5.255.088	(3.140)	3.421.692	(11.706)
DI1	3.172.377	(1.370)	1.884.066	(417)
USD	828.828	(1.550)	681.692	(7.207)
DDI	1.253.883	(220)	855.934	(4.082)
Total	15.115.914	1.514	10.393.597	4.498

b) Opções
Em 2019 o saldo a liquidar de operações de compra de opções e day trade de futuros era de R\$ 255 (R\$0 em 2018).
As operações são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.
Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Futuros e termos: cotações de mercado divulgadas pelas Bolsas;
- Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

	2019					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Compensação						
Contratos de swap sem garantia	4.552.004	7.348.371	2.726.407	6.225.365	3.759.496	24.611.643
Contratos de termo	8.215.342	5.577.567	575.886	150	—	14.368.945
Contratos de opção	225.500	320.000	35.000	—	—	580.500
Contratos de futuros	5.774.225	7.763.153	1.312.611	199.542	54.884	15.104.415
Total	18.767.071	21.009.091	4.649.904	6.425.057	3.814.380	54.665.503

Patrimonial - mercado
Contratos de swap
Diferencial a receber 26.099
Diferencial a pagar (5.721)
Total 20.378

Contratos de termo
Diferencial a receber 73.440
Diferencial a pagar (94.971)
Total (21.531)

Contratos de opções
Prêmio a Exercer 205
Prêmio Lançados (432)
Total (227)

Contratos de futuros
Diferencial a receber 1.281
Diferencial a pagar (1.597)
Total (316)

Total
(1.696)

	2018					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Compensação						
Contratos de swap sem garantia	(438.760)	(2.017.856)	3.665.127	—	—	1.208.511
Contratos de termo	5.698.558	4.680.286	571.838	—	—	10.950.682
Contratos de opção	148.635	169.352	55.202	—	—	373.189
Contratos de futuros	2.376.199	5.277.092	2.737.228	2.270	—	10.392.789
Total	7.784.632	8.108.874	7.029.395	2.270	22.925.171	

Patrimonial - mercado
Contratos de swap
Diferencial a receber 2.210
Diferencial a pagar (49.567)
Total (47.357)

Contratos de termo
Diferencial a receber 258.447
Diferencial a pagar (212.232)
Total 46.215

Contratos de opção
Prêmio a exercer 1.087
Prêmio lançados (689)
Total 398

Contratos de futuros
Diferencial a receber 1.255
Diferencial a pagar (6.385)
Total (5.130)

Total
(5.784)

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, o resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos foi de:

	2019	2018
Futuros	(51.334)	214.587
Swap	65.139	(315.910)
Termo	19.941	206.951
Opções	(1.219)	4.864
Total	32.527	110.492

6. Operações de Crédito
Em 30 de junho de 2019 e 2018, as operações de crédito estão compostas como segue:

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Emprestimos	113.317	210.050	653.384	439.352
Financiamentos a exportação	—	—	16.545	—
Cessão de créditos adquiridos (i) (nota 8)	—	—	96.764	—
Avais e fianças honoradas	15.831	—	9.992	—
Rendas a receber s/adiantamentos de contratos de câmbio (nota 7a)	1.407.574	1.038.370	1.407.574	1.038.370
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 7a)	2.206.651	1.794.528	—	—
Total	2.206.651	100,00%	1.794.728	100,00%

(i) Refere-se à cessão de crédito adquirido sem coobrigação conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08.
b) Por setor de atividade

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Rural	—	—	66.955	—
Indústria	1.097.647	49,3%	433.638	—
Comércio	1.015.654	46,0%	1.126.788	—
Serviços	91.222	4,1%	166.005	—
Pessoas físicas	2.128	0,1%	1.342	—
Total	2.206.651	100%	1.794.728	100%

c) Por faixa de vencimento

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Até 3 meses	1.021.557	46,3%	518.362	—
De 3 meses a 1 ano	1.000.945	45,4%	974.257	—
De 1 ano a 3 anos	184.149	8,3%	205.345	—
Vencido	—	—	96.764	—
Total	2.206.651	100%	1.794.728	100%

d) Concentração dos principais devedores

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores (i)	1.717.648	77,84%	1.354.466	75,47%
50 seguintes maiores devedores	489.003	22,16%	440.262	24,53%
Total	2.206.651	100,00%	1.794.728	100,00%

(i) O valor total referente ao principal devedor está mitigado de acordo com as disposições da Resolução 2.921 do BACEN pelo valor de R\$ 386.438 (R\$ 388.172 em 2018), não comprometendo assim o percentual de exposição 25% do PR.
e) Composição da carteira por nível de risco

Nível	2019		2018	
	A vencer	Vencida	Total	Nível de provisão %
AA	2.206.651	—	2.206.651	—
Total	2.206.651	—	2.206.651	100%

No semestre findo em 30 de junho de 2019 o saldo existente, no montante de R\$ 71.725 (em dezembro de 2018) foi utilizado para a baixa de crédito não honrado.

7. Carteira de Câmbio
a) Carteira de câmbio
Em 30 de junho de 2019 e 2018, as operações de câmbio estão compostas como segue:

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Ativo				
Direitos sobre vendas de câmbio	11.787.732	61,3%	6.130.232	—
Câmbio comprado a liquidar	16.117.149	84,3%	10.919.774	—
(-) Adiantamento em moeda nacional	—	—	(346)	—
(-) Adiantamento em moeda estrangeira	—	—	(3.335)	—
Rendas a receber s/adiantamentos de contratos de câmbio - (nota 6a)	15.831	—	9.992	—
Total	27.920.712	100%	17.056.317	100%

Passivo
Circulante 27.919.761
Realizável Longo Prazo 951

Câmbio vendido a liquidar 16.270.402
Obrigações por compras de câmbio (1.407.574)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - (nota 6a) 15.725.969
Total 26.556.730

Circulante 26.555.818
Exigível Longo Prazo 912

b) Operações vinculadas
O Banco possui operações vinculadas que foram realizadas de acordo com as regras preestabelecidas pela Resolução 2.921/02, não havendo nenhuma operação inadimplente ou com algum questionamento judicial sobre tais operações.
Os saldos patrimoniais e de resultado em 30 de junho de 2019 e 2018 estão representados da seguinte forma:

	2019	2018
Câmbio comprado a liquidar	411.897	386.291
Obrigações por compras de câmbio	(411.897)	(386.291)
c) Resultado das operações de câmbio	—	—
Total	—	—

8. Outros Créditos - Diversos

	2019	2018
Impostos e contribuições a recolher	10.950	6.726
Créditos tributários (Nota 24b)	7.607	65.450
Adiantamentos e antecipações salariais	1.714	2.050
Cessão de créditos adquiridos (nota 6)	16.545	—
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 10a)	7.012	5.485
Devedores por depósito em garantia	870	—
Outros	144	224
Total	44.842	79.935

Realizável a longo prazo
Impostos e contribuições a compensar (ii) 7.883
Créditos tributários (Nota 24b) 93.508
Depósitos judiciais (i) 14.410
Total 115.801

(i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais referentes à defesa de processos judiciais envolvendo o Banco (nota 23), que se referem a contestações de base tributária Federal e Municipal (SAT, ISS) e créditos tributários não acatados pela Receita Federal (PIS, COFINS, IOF).
(ii) Composto por PIS recolhido no exercício de 1995, cuja decisão foi favorável ao Banco no Supremo Tribunal de Justiça no montante de R\$ 2.995 (R\$ 2.952 em 2018), e compensação de créditos decorrentes do recolhimento indevido da alíquota excedente de 0,5% do Finsocial, no período de setembro 1989 a março 1993, com os valores devidos a títulos de CSLL no montante de R\$ 4.888 (R\$ 4.795 em 2018) aguardando compensação.
(iii) Composto substancialmente por Antecipações de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a ser compensada sendo R\$ 3.597 IRPJ e R\$ 1.981 CSLL (R\$ 3.143 e R\$ 3.086 respectivamente em 2018).
A movimentação de depósitos em garantia no semestre está abaixo apresentada:

	2019			2018		
	Fiscal	Trabalhista	Total	Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo no início do semestre	12.942	3.782	16.724	4.295	3.367	7.662
Constituições	96	154	250	9.007	210	9.217
Reversões/realizações	(2.909)	(31)	(2.940)	—	(25)	(25)
Atualizações	298	78	376	163	84	247
Saldo no final do semestre	10.427	3.983	14.410	13.465	3.636	17.101

9. Investimentos em Controladas e Coligadas

	2019			2018		
	CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. DTVM (i)	Crédit Agricole Corporate Finance Brasil - Consultoria Financeira Ltda. (ii)	Total	CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. DTVM (i)	Crédit Agricole Corporate Finance Brasil - Consultoria Financeira Ltda. (ii)	Total
Capital social em 30 de junho de 2019	262.671	—	262.671	262.671	—	262.671
Ações/quotas possuídas (quantidades)	5	—	5	5	—	5
Patrimônio líquido em 30 de junho de 2019	16.545	—	16.545	16.545	—	16.545
Lucro (Prejuízo) líquido 1º semestre de 2019	(72)	—	(72)	(72)	—	(72)
Participação em 30 de junho de 2019	0,000002%					

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

→ continuação

Descrição	Saldo dez./17	Variação da Aliquota de 20% para 15% após 2019		Saldo jun./18
		Constituições	Realizações	
Imposto de Renda - diferenças temporárias				
Marcação a mercado TVM e derivativos	3.529	-	7.848	11.377
Participações no lucro	575	-	(575)	-
Gratificação	2.616	-	(804)	1.812
14º Salário	250	-	(250)	-
Provisão para contingências	1.175	-	463	1.638
Provisão para garantias prestadas/executadas	20.401	-	(2.178)	18.223
Operação de Crédito baixado como prejuízo	8.341	-	(519)	7.822
Outras adições e exclusões	1.910	-	263	2.173
Prejuízo fiscal	-	-	15.387	15.387
Total	38.797	(654)	(4.326)	58.432
Contribuição social - diferenças temporárias				
Marcação a mercado TVM e derivativos	2.839	(733)	6.278	8.384
Participações no lucro	460	-	(460)	-
Gratificação	2.067	(320)	(643)	1.104
14º Salário	200	-	(200)	-
Provisão para contingências	705	(92)	370	983
Provisão para garantias prestadas/executadas	12.241	435	(1.742)	10.934
Operação de Crédito baixado como prejuízo	5.005	103	(415)	4.693
Outras adições e exclusões	1.526	(47)	210	1.689
Prejuízo fiscal	-	-	12.310	12.310
Total	25.043	(654)	(3.460)	40.097

	2018						2019					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Imposto de renda												
Prejuízo fiscal	15.387	-	-	-	-	-	15.387	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias	9.948	5.601	8.046	18.256	119	1.056	43.026	5.601	8.046	18.256	119	1.056
Total	25.335	5.601	8.046	18.256	119	1.056	58.413	4.958	6.490	13.112	75	590
Valor presente	24.494	4.958	6.490	13.112	75	590	49.719					
Contribuição social												
Prejuízo fiscal	12.310	-	-	-	-	-	12.310	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias	7.958	3.360	4.828	10.954	71	635	27.806	3.360	4.828	10.954	71	635
Total	20.268	3.360	4.828	10.954	71	635	40.116	2.975	3.894	7.867	45	354
Valor presente	19.595	2.975	3.894	7.867	45	354	34.730					
Prejuízo fiscal	27.697	-	-	-	-	-	27.697	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias	17.906	8.961	12.874	29.210	190	1.691	70.832	8.961	12.874	29.210	190	1.691
Total	45.603	8.961	12.874	29.210	190	1.691	98.529	7.933	10.384	20.979	120	944
Total Valor presente	44.089	7.933	10.384	20.979	120	944	84.449					

A administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até 2024 para absorver os créditos tributários diferidos registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 80.440 (R\$ 88.449 em 2018) utilizando a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

As obrigações fiscais diferidas terão sua realização com base nos resultados futuros de marcação a mercado pelo vencimento dos instrumentos financeiros derivativos. A administração acredita que as obrigações fiscais diferidas registradas em 30 de junho de 2019 tenham sua realização futura até o ano de 2024.

25. Avais, Fianças e Garantias Concedidas a Terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros, em 30 de junho de 2019, montam R\$ 378.963 (R\$ 446.936 em 2018), e a provisão para devedores duvidosos sobre garantias prestadas é de R\$ 9.828 (R\$ 5.159 em 2018) (Nota 15c), conforme abaixo:

Nível	2019			2018		
	Total	Nível de provisão %	Valor da provisão	Total	Nível de provisão %	Valor da provisão
AA	241.035	-	-	436.616	-	-
C	137.928	7,125%	9.828	10.320	50%	5.159
Total	378.963		9.828	446.936		5.159

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada abaixo:

	2019	2018
Saldo no início do período	9.821	81.608
Constituições	54	615
Reversões (i)	(47)	(77.064)
Saldo no final do período	9.828	5.159

(i) Reversão de provisão para garantias prestadas e constituição de provisão para garantia honrada. Vide nota 6e.

26. Gerenciamento de Riscos

Em consonância com as melhores práticas do Grupo Crédito Agrícola S.A., o Conglomerado Prudencial Crédito Agrícola Brasil possui estrutura de **Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital** em conformidade com a Resolução 4.557 do CMN, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos ao qual o Conglomerado está exposto. Todas as políticas com a descrição das estruturas de Gerenciamento de Riscos e Capital encontram-se disponíveis no site www.ca-cib.com.br, nos termos da resolução nº 4.595 e da Circular nº 3.678.

Para atender a estrutura de gerenciamento integrado de riscos, a Diretoria nomeou diretor responsável para gerenciamento de Riscos (CRO), diretor responsável para o gerenciamento do Capital e definiu limites para o Apetite de Risco (RAS) coerentes com o Plano Estratégico e testes de estresse integrados para assegurar a adequação de capital da instituição.

A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital auxilia a Diretoria por meio de informações tempestivas e suficientes, monitorando o capital mantido pela instituição face aos limites regulatórios e planejamento estratégico no horizonte de três anos, adequando prospectivamente o apetite de Risco e Capital necessários para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado.

O Comitê de Riscos, acompanha, discute e avalia as estratégias do Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, o Apetite de Risco e respectivos limites, os resultados dos testes de estresses e seus impactos sobre o Plano de Capital.

A governança corporativa está presente na Instituição, de modo que cada um dos colaboradores contribui efetivamente para o Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, de acordo com regras e responsabilidades estabelecidas. O Conglomerado Prudencial Crédito Agrícola é classificado como segmento 53 de acordo com a Resolução 4.553 do CMN.

As políticas e estratégias para o Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital são revisadas no mínimo anualmente pela Diretoria.

Risco de Capital
O gerenciamento de capital compreende:
a) Monitoramento e controle de capital mantido pela instituição face aos limites mínimos de capital;
b) Plano de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, considerando os objetivos estratégicos nos próximos três anos; e
c) Testes de estresse e avaliação dos seus impactos sobre o capital.

A estrutura de gerenciamento de capital auxilia a administração quanto à gestão da instituição por meio de informações tempestivas e suficientes, fornecendo prospectivamente uma visão do capital necessário para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado, utilizando simulações que levam em conta tais mudanças assim como os objetivos estratégicos traçados pela instituição. As políticas e estratégias para o gerenciamento de capital são revisadas no mínimo anualmente pela administração.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento de capital encontra-se disponível no site www.ca-cib.com.br.

A partir de outubro de 2013 o índice da Basileia passou a ser apurado com base na Resolução 4.192/13, até setembro de 2013 os valores foram apurados conforme Resolução 3.444/07. O índice da Basileia para 30 de

As obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	Saldo dez./18	Variação da Aliquota de 20% para 15% após 2019		Saldo jun./19
		Constituições	Realizações	
Imposto de Renda - obrigações diferidas				
Marcação a mercado TVM e derivativos	(23.956)	-	(64.420)	(64.420)
Total	(23.956)	(64.420)	23.956	(64.420)
Contribuição social - obrigações diferidas				
Marcação a mercado TVM e derivativos	(14.374)	-	(38.652)	(38.653)
Total	(14.374)	(38.652)	14.373	(38.653)
Total	(38.330)	(103.072)	38.329	(103.073)

Descrição	Saldo dez./17	Variação da Aliquota de 20% para 15% após 2019		Saldo jun./18
		Constituições	Realizações	
Imposto de Renda - obrigações diferidas				
Marcação a mercado TVM e derivativos	(3.368)	-	(12.930)	(16.298)
Total	(3.368)	(12.930)	-	(16.298)
Contribuição social - obrigações diferidas				
Marcação a mercado TVM e derivativos	(2.073)	1.518	(10.344)	(10.899)
Total	(2.073)	1.518	(10.344)	(10.899)
Total	(5.441)	1.518	(23.274)	(27.197)

A estimativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, está apresentada da seguinte forma:

	2019					
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Imposto de renda						
Prejuízo fiscal	-	4.684	4.677	3.669	7.774	13.035
Diferenças temporárias	790	3.245	7.599	16.459	-	1.010
Total	790	7.929	12.276	20.128	7.774	14.045
Valor presente	766	7.268	10.573	16.111	5.758	9.624
Contribuição social						
Prejuízo fiscal	-	2.810	2.806	2.201	4.664	8.229
Diferenças temporárias	474	1.947	4.559	9.876	-	607
Total	474	4.757	7.365	12.077	4.664	8.836
Valor presente	460	4.361	6.344	9.667	3.455	6.053
Prejuízo fiscal	-	7.494	7.483	5.870	12.438	21.264
Diferenças temporárias	1.264	5.192	12.158	26.335	-	1.617
Total	1.264	12.686	19.641	32.205	12.438	22.881
Total Valor presente	1.226	11.629	16.917	25.778	9.213	15.677

A Diretoria

junho de 2019, é de 26,13% (11,02% em 2018) e o quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE:

	2019	2018
RWA para risco de crédito	379.183	400.062
RWA para exposição cambial	3.503	13.196
RWA para risco de taxas de juros	73.916	169.719
RWA para risco operacional	33.562	31.736
Patrimônio de referência para o RWA	490.164	614.713
Patrimônio de referência	1.601.170	785.332
Margem de patrimônio	1.111.006	170.619

A gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), de acordo com a Circular 3.678/13, estão disponíveis no site www.ca-cib.com.br.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do cliente não ter capacidade para cumprir os compromissos financeiros assumidos com o Banco, incluindo:

- a) a liquidação de empréstimos concedidos;
- b) a liquidação de eventuais desembolsos concedidas pelo Banco a terceiros para honrar avais, fianças e garantias em nome do cliente;
- c) a liquidação de obrigações de instrumentos financeiros derivativos.

O Banco possui políticas de avaliação e gerenciamento contínuo de risco de crédito, em conformidade com as normas instruídas pelo Grupo Crédito Agrícola e com a regulamentação vigente do Banco Central do Brasil, com foco em manter a qualidade da carteira de crédito do Banco em nível compatível com o apetite de risco considerado aceitável pela alta administração.

O Banco possui Área de Risco de Crédito independente e segregada da área de Gerenciamento de Clientes, e com estrutura compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos oferecidos aos clientes, a qual contempla:

- a) Processo decisório fundamentado através de Comitês de Crédito, baseando-se em opinião independente da área de Risco de Crédito;
- b) Modelos, ferramentas e sistemas próprios de identificação, mensuração, avaliação e classificação do risco de crédito por qualidade da contraparte ("rating");
- c) Ferramentas e sistemas próprios de liberação e controle de limites de crédito;
- d) Gerenciamento Contínuo do Risco de Crédito, através de monitoramento permanente de clientes e de relatórios periódicos da performance da carteira do Banco, incluindo testes de estresse apresentados para a alta administração.

As políticas observam riscos relativos a concentração (grupos econômicos, setores econômicos, etc), prazos, moedas, além de dimensionamento de limites de crédito compatíveis com a capacidade financeira dos clientes e exigência de garantias, de forma a não comprometer a qualidade esperada da carteira.

Risco de Mercado

As perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices são monitoradas diariamente em relação aos limites operacionais atribuídos para a sensibilidade aos fatores de risco, Valor em Risco (VaR) e testes de estresse. Adicionalmente, são realizadas simulações e projeções de fluxos futuros para avaliação da mudança relativa à exposição ao risco.

A metodologia adotada para o cálculo do Valor em Risco utiliza simulação histórica, considerando 261 dias de dados de retornos dos fatores de risco e grau de confiança de 99%, com um dia de *holding period*. O teste de estresse é efetuado levando-se em consideração as variações severas de mercado. O teste de aderência (*back-testing*) do modelo de Valor em Risco é efetuado através da comparação aos resultados efetivamente auferidos.

Os limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado são revisados, no mínimo, anualmente.

Fatores de risco de mercado

Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada aos índices SELIC e DI, exposição a variação cambial de moedas, libor, euribor e cupom cambial. O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência da área de Market Risk com relação a coleta de preços referenciais de mercado e construção da estrutura a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa. Uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a instituição e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos das liquidações. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Banco, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de cenários para renovação das carteiras. Em paralelo, são analisados mensalmente, indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenários de estresse voltados especificamente para liquidez.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha humana, inadequação ou deficiência de processos internos, sistemas, ou ainda, decorrentes de eventos externos, incluindo a perda associada a lacunas em contratos, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O Grupo Crédito Agrícola implementou um componente organizacional dedicado a avaliação, consolidação, mitigação e reporte dos riscos operacionais, que são identificados principalmente através do exercício anual de mapeamento de riscos com a participação de todas as áreas de serviços e negócios. Através de reuniões regulares, a alta administração do Banco Crédito Agrícola Brasil e das outras entidades legais integrantes do Conglomerado Prudencial, discutem as conclusões do mapeamento de riscos, os resultados dos indicadores de riscos e de performance, perdas operacionais, incidentes e anomalias significativas do período, além de monitorar a implementação dos planos de ações existentes ou aprovar novas medidas corretivas a serem adotadas.

Risco Socioambiental

Nosso comprometimento com a responsabilidade socioambiental estabelece uma estrutura para identificação, classificação e mitigação de riscos para que todos os colaboradores do Banco atuem de acordo com as melhores práticas definidas pela Matriz do Grupo Crédito Agrícola e com a regulamentação nacional vigente. A Política de Responsabilidade Socioambiental estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável como base para o gerenciamento de risco reputacional do Banco, relacionado diretamente aos impactos sociais e ambientais que possam resultar de empréstimos e financiamentos concedidos pelo Banco a seus clientes. Cada operação é analisada sob a ótica socioambiental pelas áreas de negócios, Risco de Crédito, Compliance, Desenvolvimento Sustentável na Matriz, e pelo Comitê de Avaliação de Operações que apresentem Risco Socioambiental. O Risco Socioambiental é monitorado regularmente como parte do processo de revisão anual dos clientes, direcionando as particularidades de clientes que não estão em conformidade com suas políticas socioambientais (informações retiradas através de relatórios quando existentes).

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria do Conglomerado Crédito Agrícola Brasil, instituído por dispositivo estatutário, em conformidade com a Resolução 3.198 de 27 de Maio de 2004 do CMN, tem na designação de suas atividades, a supervisão e avaliação do desempenho da auditoria interna e controles internos, do desempenho e independência dos Auditores Independentes, além da análise e aprovação das demonstrações financeiras do Conglomerado, incluindo suas notas explicativas. O Comitê de Auditoria pode verificar que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias Interna e Independente, possuem transparência e qualidade, constatarem a exatidão de todos os elementos apreciados e que as demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 31 de Dezembro de 2018 e 30 de Junho de 2019 refletem, adequadamente, a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no período, onde não foram identificados descumprimentos das práticas contábeis adotadas no Brasil. O Comitê reuniu-se 3 vezes no ano de 2019 nas datas de 20 de Março, 27 de Junho e 27 de Agosto para (i) aprovação das Demonstrações Financeiras do Banco Crédito Agrícola, da CA Indosuez Wealth Brazil DTMV e do Conglomerado Prudencial para 31 de Dezembro 2018 e 30 de Junho 2019; (ii) aprovação do relatório de Auditoria Interna para 2018; (iii) ciência dos principais assuntos de Auditoria, Contabilidade e Impostos pelo Auditor Independente, referentes às Demonstrações Financeiras aprovadas por este Comitê; (iv) ciência do Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais conforme Circular do Banco Central nº 3.467/09 para o 2º semestre de 2018; (v) ciência dos relatórios de Ouvidoria para o 2º Semestre de 2018 e 1º semestre de 2019.

São Paulo, 30 de agosto de 2019

Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos. Srs.
Administradores e acionistas do
Banco Crédito Agrícola Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Crédito Agrícola Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos